

GOVERNAMENTALIDADE ALGORÍTMICA E PANDEMIA DA COVID-19*



Lutiane de Lara**, Lilian Rodrigues da Cruz***

Resumo: o estudo problematiza as estratégias de investimento na vida constituídas pelas políticas públicas de saúde brasileira durante a pandemia da Covid-19. Para tanto, realiza um estudo com inspiração genealógica que procura compreender os diferentes modos de gestão da vida engendrados nas endemias e epidemias de lepra, da peste, da varíola e, na atual, pandemia de Covid-19. Em especial, pretendemos desenvolver a justaposição de dois fatores característicos dos últimos anos e, também do governo Bolsonaro, o uso das redes sociais e das fake news, como ferramentas de gestão que compõem o panorama da governamentalidade algorítmica. A gestão do governo Bolsonaro da pandemia da Covid-19, à revelia das análises que centravam-se em intervenções biopolíticas para o controle do coronavírus, fez avançar no cenário nacional uma gestão centrada na manipulação dos discursos que circulam entre os apoiadores do governo e são gestadas pelo regime digital de exceção. Trata-se da centralização das práticas do governo em fazer valer “verdades” não baseadas na ciência e na estatística, mas como efeito da manipulação e criação discursiva nas redes sociais.

Palavras-chave: Pandemia da Covid-19. Governamentalidade algorítmica. Fake news. Redes sociais.

ALGORITHMIC GOVERNMENTALITY AND THE COVID-19 PANDEMIC

Abstract: this study problematizes the strategies of investment in life constituted by Brazilian public health policies during the Covid-19 pandemic. Therefore it executes a study with genealogical inspiration that seeks to understand the different ways of the management of life engendered in the endemics and epidemics of leprosy, plague, smallpox and, in the current Covid-19 pandemic. In particular, we intend to develop the juxtaposition

* Recebido em: 08.10.2022. Aprovado em: 30.11.2022.

** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Email:* lutianelara@gmail.com

*** Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Email:* lilian.rodrigues.cruz@gmail.com



of two characteristic factors of the recent years and, also of the Bolsonaro government, the use of social networks and fake news, as management tools that compose the panorama of algorithmic governmentality. The Bolsonaro government's management of the Covid-19 pandemic, in the absence of analyzes that focused on biopolitical interventions to the control of the coronavirus, got to advance in the national scenario a management centered on the manipulation of speeches that circulate among government supporters and are managed by the digital regime of exception. It is about the centralization of the government practices to enforce "truths" not based on science and statistics, but as an effect of manipulation and discursive creation in social networks.

Keywords: Covid-19 pandemic. Algorithmic governmentality. Fake news. Social networks.

A pandemia da Covid-19 encontra, em março de 2020, o contexto político brasileiro assolado pelo governo de extrema direita do presidente Jair Messias Bolsonaro, empossado em 2019. O vírus, que já matou mais de 686 mil pessoas no Brasil, até a primeira semana de outubro de 2022, foi considerado pela presidência como "gripezinha" ou "resfriadinho" e a reação da população de assombro e medo de morte pelo vírus é visto como "histeria" e "mimimi" pelo Bolsonaro. São destaques desse processo o desencorajamento e a inviabilização política para que a população permanecesse em casa durante os períodos de isolamento social, indicados pela OMS (Organização Mundial da Saúde), bem como, o apoio do governo Bolsonaro ao uso da cloroquina como tratamento da COVID, mesmo com a negativa da OMS em relação a esse tratamento. Além disso, é destaque o descaso em relação à situação de calamidade pública ocorrida em Manaus, em janeiro de 2021, com o colapso do oxigênio. Destacamos ainda a desacreditação e inviabilização da rápida imunização da população contra a Covid-19, colocando o Bolsonaro como o maior líder antivacina do mundo.

O enfrentamento à Covid-19 conduzido pelo governo brasileiro foi durante toda a pandemia centrado nos interesses da política institucional e do mercado econômico fazendo avançar os modos e estratégias de exposição da população à morte e, nos convoca, portanto, a colocar em análise a noção de governamentalidade da vida, conforme proposta por Foucault (2008).

De acordo com Alves (2020), a

pandemia, em suma, parece-me funcionar como um kairós: o momento oportuno, em um certo sentido, para que determinadas estratégias políticas avancem, para que se testem medidas que são emergenciais, que facilmente seriam rejeitadas em outras circunstâncias, mas que, agora, encontram o momento oportuno para que sejam ensaiadas e experimentadas. A ideia, então, é de que a emergência sanitária funciona como um grande laboratório de poder (ALVES, 2020, p. 53).

Num paralelo entre os modelos de enfrentamento de epidemias como a lepra, peste, varíola e a Covid-19 vemos os contornos da noção de governamentalidade. O enfrentamento à lepra operou a partir do modelo de rejeição, exclusão e banimento das pessoas com a doença, uma ação negativa dos mecanismos de poder. No modelo da peste, o enfrentamento era realizado a partir de mecanismos legais e dispositivos disciplinares a partir da inclusão e normalização das pessoas com a doença. No modelo da varíola trata-se de dispositivos de segurança, uma biopolítica (FOUCAULT, 2008). Já o modelo da Covid-19 é baseado em dispositivos informacionais (ALVES, 2020), consolidando a governamentalidade algorítmica.

A forma de controle da lepra suscitou um modelo de exclusão por fechamento e encarceramento ou de banimento e exílio dos contaminados. Já a disciplina e a vigilância foram as táticas usadas



para lidar com o modelo da peste que demandava um policiamento constante e o exame detalhado funcionando por inclusão e distribuição dos indivíduos supervisionados (SANTOS, 2020, p. 4).

Diante disso, este artigo problematiza as estratégias de investimento na vida constituídas pelo governo Bolsonaro durante a pandemia da Covid-19. Para tanto, realiza um estudo com inspiração genealógica que procura compreender os diferentes modos de gestão da vida engendrados nas endemias e epidemias de lepra, da peste, da varíola e, na atual, pandemia de Covid-19. Trata-se, portanto, de acompanhar os desdobramentos do exercício da governamentalidade traçando um percurso que coloca em discussão a noção de governamentalidade algorítmica e seu funcionamento nas ações do governo Bolsonaro. Em especial, pretendemos desenvolver a justaposição de dois fatores característicos dos últimos anos e também do governo Bolsonaro: o uso das redes sociais e das fake news como ferramentas de gestão que compõem o panorama da governamentalidade algorítmica.

ACERCA DA NOÇÃO DE GOVERNAMENTALIDADE

Para Foucault (2008), o estudo do problema do Estado e da população conduz ao estudo da governamentalidade. Nesta análise do biopoder e seus engendramentos a noção de governamentalidade funciona como um operador teórico que permite estar para além da análise “institucional-centrada” para compreender globalmente as relações de poder que sustentam a instituição Estado e produz a população como objeto a ser analisado e, portanto, as tecnologias de poder. Trata-se de um percurso metodológico que abandona uma análise genética por uma análise genealógica que analisa a rede de alianças, de comunicação e os pontos de apoio desta dinâmica de poder (FOUCAULT, 2008). Ela “é portanto a entrada em cena das forças; é sua interrupção, o salto pelo qual elas passam dos bastidores para o teatro, cada uma com seu vigor e sua própria juventude” (FOUCAULT, 2004a, p. 24). No entanto, a análise genealógica não é a leitura que busca encontrar de onde provêm as forças e as fraquezas nas relações de poder ou, dito de outro modo, se as forças provêm do Estado ou se têm verdadeiras condições de emanar do conjunto da população, mas a leitura da própria dinâmica de forças que configuram as relações de poder entre Estado e população e que dispõem, assimetricamente e em lugares sempre provisórios, os sujeitos. Não há, dessa forma, um responsável pela emergência, já que ela sempre irrompe no interstício. As dinâmicas de força nem ao menos são parte da mesma significação; “são efeitos de substituição, reposição e deslocamento, conquistas disfarçadas, inversões sistemáticas” (FOUCAULT, 2004a, p. 26).

A genealogia é a história do aparecimento das singularidades, do aparecimento desses deslocamentos e acontecimentos, sem a busca por um ponto fixo ou constância histórica que sirva como apoio. Ela propõe destruir sistematicamente esses apoios, ou essas verdades; a genealogia convida a um reencontro com o descontínuo que nos constitui como sujeitos (FOUCAULT, 2004a). Neste deslocamento permitido pela genealogia e, portanto, pela governamentalidade trata-se de procurar compreender a economia geral de poder na análise de suas estratégias e táticas e, portanto, não centrar-se na análise interna mas no ponto de vista externo que sustentam as práticas (FOUCAULT, 2008).

Na análise das práticas de governo para o combate das epidemias e pandemias, portanto, a dimensão das tecnologias de poder empregadas pelo Estado e pelas instituições da sociedade não procura analisar os sucessos e os fracassos da sua funcionalidade, mas compreender suas estratégias e táticas. Não é, portanto, compreender uma epidemia ou pandemia como objeto já dado, mas apreender o movimento pelo qual se constituía como objeto de saber e um campo de intervenção (FOUCAULT, 2008). Num rápido comparativo entre as práticas empregadas para o combate da peste, lepra, varíola e Covid-19 podemos perceber a diferentes tecnologias de poder funcionando a partir de economias de poder diversas.

Anterior a composição do Estado moderno, a intervenção sobre a lepra remonta a Idade Média no contexto europeu a partir da exclusão dos leprosos, implicando uma política de distanciamento e



uma prática de rejeição desses indivíduos lançando-os para fora dos muros da cidade (FOUCAULT, 2010). A lepra, do ponto de vista da tecnologia de poder empregada envolve a ação do poder soberano a partir da divisão entre sadios e doentes e o grande fechamento das cidades aos leprosos, na tentativa por garantir a comunidade pura (FOUCAULT, 2004b).

O desaparecimento do modelo de exclusão da lepra como forma de purificar a comunidade na Europa acontece em fins dos séculos XVII e início do século XVIII (FOUCAULT, 2010). No Brasil, do início do século XVII, foram notificados os primeiros casos, porém as intervenções sobre a lepra seguem a composição do Brasil República, marcando inclusive o início do século XX. No século XX, especialmente a partir de 1930, foi implementada a Campanha Nacional de Combate à Lepra, o modelo da exclusão sustentou o confinamento compulsório dos leprosos em instituições asilares (MATTOS; FORNAZARI, 2005).

Nascida no início dos anos 20, a partir de um movimento de caráter assistencialista encabeçado por uma entidade denominada Sociedade de Assistência aos Lázaros e Defesa Contra a Lepra, a Campanha Nacional de Combate à Lepra se corporificou no bojo da política estado-novista, quando o Estado, fundamentado em princípios ideológicos de caráter desenvolvimentista e nacionalista, tomou para si a responsabilidade de resolver o problema das doenças que grassavam no país (MATTOS; FORNAZARI, 2005, p. 47).

A lepra era vista como um entrave ao progresso e desenvolvimento do país já que atingia a força produtiva, meio pelo qual se buscava o progresso. Diante disso, a exclusão acontecia por meio dos confinamentos dos leprosos em grandes Hospitais Colônias, menos com objetivo de cura e mais buscando o banimento dos doentes. Era comum a queima dos pertences e da casa dos doentes antes de levá-lo ao hospital-colônia, como forma de evitar que a doença se alastrasse e também que inibisse o desejo do mesmo de retornar a sua antiga morada (MATTOS; FORNAZARI, 2005).

Junto a preocupação com o progresso nacional estava presente a intenção de promover o desenvolvimento físico-corporal dos indivíduos por meio da política de branqueamento da população, a tentativa de padronização dos comportamentos que implicava na definição da normalidade em detrimento da anormalidade. A lepra estava, portanto, inserida no âmbito dos comportamentos conhecidos como anormais (MATTOS; FORNAZARI, 2005).

A intervenção sobre a lepra centrou-se no modelo da exclusão do doente a partir da divisão rigorosa entre doentes e sadios, entre eles não poderia haver contato. De forma que o doente deveria ser banido da comunidade e encaminhado aos Hospitais Colônias, neste banimento eram desqualificados jurídica e politicamente (FOUCAULT, 2004). É válido salientar que as intervenções sobre a lepra, a partir do século XIX, passam a incorporar elementos disciplinares, não se restringindo ao modelo de exclusão do leproso.

Tratar os “leprosos” como “pestilentos”, projetar recortes finos da disciplina sobre o espaço confuso do internamento, trabalhá-lo com os métodos de repartição analítica do poder, individualizar os excluídos, mas utilizar processos de individualização para marcar exclusões [...] (FOUCAULT, 2004, p. 165).

Foucault (2010) chama atenção que, ao ser desativado o modelo da lepra na Europa no início do século XVIII, é reativado um modelo também bastante antigo, o policiamento da cidade empesteada e, em consequência, se retoma o problema da peste. Se trata da substituição do modelo de exclusão do leproso pela inclusão do pestífero - no primeiro temos a ação de um poder negativo, já no segundo a ação de um poder positivo. A lepra suscitou modelos de exclusão e fechamento das comunidades ditas



sadias implicando uma ação negativa de poder que pune e marginaliza. Já na peste vemos avançar os esquemas disciplinares de poder a partir de um poder que positiva. Ao ser decretada a quarentena de uma cidade empestada se definia um território e, sobre ele era realizada uma análise sutil e detalhada, um policiamento minucioso.

A cidade em estado de peste (...) era dividida em distritos, os distritos eram divididos em quarteirões, e então nesses bairros eram isoladas as ruas e havia em cada rua vigias, em cada quarteirão inspetores, em cada distrito responsáveis por eles e na cidade mesma seja um governador nomeado para tanto, seja escabinados que, no momento da peste, receberam um suplemento de poder. Portanto, análise do território em seus elementos pormenorizados; organização, através desse território assim analisado, de um poder contínuo (...) (FOUCAULT, 2010, p. 38-39).

A divisão pormenorizada do território permitia a constituição de uma pirâmide de poder em um escalonamento de responsáveis por averiguar e vigiar a quarentena de forma ininterrupta (FOUCAULT, 2010).

(...) no início da quarentena, todos os cidadãos presentes na cidade deviam dar seu nome. Seus nomes eram anotados numa série de registros. Alguns desses registros ficavam na mão dos inspetores locais, os outros ficavam em poder da administração central da cidade. E todos os dias os inspetores deviam passar diante de cada casa, parar e fazer a chamada. A cada indivíduo era atribuída uma janela à qual devia se mostrar e, quando chamavam seu nome, ele devia se apresentar nessa janela, estando entendido que se não se apresentava é que estava de cama; e, se estava de cama, é que estava doente; e, se estava doente, é que era perigoso. E, por conseguinte, era necessário intervir. Era nesse momento que se fazia a triagem dos indivíduos, entre os que estavam doentes e os que não estavam (FOUCAULT, 2010, p. 39).

No modelo da peste importa fixar, atribuir um lugar, definir a presença e controlá-las. A intervenção sobre a peste envolve uma dinâmica que o poder se aproxime de forma sutil dos indivíduos estabelecendo uma vigilância constante enquanto a lepra pede distância. Na lepra o intuito com a exclusão dos leprosos, especialmente durante a Idade Média, era a purificação das cidades. Na peste se trata de maximizar a saúde, a vida, a longevidade e garantir a força dos indivíduos para produzir uma população sadia, uma disciplinarização da cidade pestilenta (FOUCAULT, 2010).

Por outro lado, o modelo empregado para a gestão da varíola no século XVIII, a partir da variolização e da vacinação avança para a utilização dos mecanismos de segurança mediante a racionalização do acaso e das probabilidades. Se trata da prática da inoculação da doença, da vigilância a que são submetidas as pessoas que foram inoculadas, de cálculos estatísticos para analisar se vale a pena inocular a população e do cálculo dos riscos de morrer pela própria inoculação (FOUCAULT, 2010).

Com a gestão da varíola vemos, portanto, aparecer a noção de caso, não do ponto de vista individual do termo, mas do fenômeno coletivo da doença, uma análise que procura coletivizar. Junto da noção de caso vemos aparecer a noção de risco que cada indivíduo e/ou grupo tem de contrair a varíola, de morrer e de se curar dela.

Pode-se então, para cada indivíduo, dada a sua idade, dado o lugar em que mora, pode-se igualmente para cada faixa etária, para cada cidade, para cada profissão, determinar qual é o risco de morbidade, o risco de mortalidade (FOUCAULT, 2008, p. 79).



Foucault (2008) fala ainda do aparecimento da noção de perigo a que estão expostas pessoas, grupos e lugares em relação a varíola. “Assim, há riscos diferenciais que revelam, de certo modo, zonas de mais alto risco e zonas, ao contrário, de risco menos elevado, mais baixo, de certa forma. Em outras palavras, pode-se identificar assim o que é perigoso” (FOUCAULT, 2008, p. 80). Além dessas noções, a varíola incorpora a noção de crise à gestão das endemias e epidemias. “A crise é esse fenômeno de disparada circular que só pode ser controlado por um mecanismo superior, natural e superior, que vai freá-lo, ou por uma intervenção artificial” (FOUCAULT, 2008, p. 81).

A intervenção sobre a varíola, diferente do modelo disciplinar, vai considerar o conjunto da população de um determinado território sem descontinuidade, sem ruptura entre doentes e não doentes e procurar conhecer o coeficiente de morbidade provável e de mortalidade provável da doença no território analisado, os mecanismos de segurança em torno da varíola constituem-se em outros termos numa biopolítica da população (FOUCAULT, 2008).

Mais recentemente, desde 2020, temos acompanhado a gestão da pandemia da covid-19 e nela podemos perceber uma continuidade das estratégias biopolíticas para seu enfrentamento. São acionados os recursos da estatística, da análise a partir das noções de risco, perigo, crise e população. É comum ainda a estratégia de vacinação da população e a vigilância epidemiológica dos diferentes grupos populacionais. No entanto, vemos emergir no campo das intervenções da pandemia o uso da vigilância digital e não apenas epidemiológica.

Se antes da instalação do estado de pandemia mundial, devido ao alastramento do vírus causador da Covid-19, as nossas vidas já eram impactadas pela disseminação e uso de sistemas digitais, agora esse uso ganha dimensões estratosféricas. O rastreamento tem sido feito sobre todos os indivíduos, mas principalmente sobre aqueles que exercem funções e atividades essenciais – e que circulam – compõem o grupo dos mais vigiados. Quem fica em casa também é controlado não só sobre seu trabalho remoto, mas também quanto ao que consome ou o que faz para se divertir; se sai de casa há um complexo sistema de cruzamento de dados de GPS e de redes conectadas de wifi que podem determinar com exatidão sua localização. Isso porque ou estamos sempre com nossos celulares conectados à redes de internet ou existem câmeras de segurança ligadas a uma rede de informações (SANTOS, 2020, p. 9).

A pandemia da covid-19, a partir do contexto global em que emerge, expandem os modos de gestão presentes no modelo biopolítico de enfrentamento para uma dimensão digital dos mecanismos de poder, configurando uma governamentalidade algorítmica.

A PANDEMIA DA COVID-19: A GOVERNAMENTALIDADE ALGORÍTMICA

Os autores Antoinette Rouvroy e Thomas Berns (2015), a partir da análise dos cenários de transformações tecnológicas digitais, e fazendo avançar as discussões de Foucault acerca da governamentalização da vida, cunharam o conceito de governamentalidade algorítmica. Para Rouvroy (2020), a governamentalidade algorítmica é o governo a partir do processamento algorítmico de grandes volumes de dados (*big data*) e não por meio de políticas, leis e normas sociais. É uma forma de exercício político não baseada em um sistema de formas *a priori*, como em geral opera a política.

A governamentalidade algorítmica aparece como uma forma anestésica, fluida, ágil, perfeitamente destituída de formas *a priori* – inclusive da própria linguagem –, substituídas pelo automático (algorítmico), plástico (ágil), emergências hiperfluidas de padrões, pontuações, emparelhamentos, perfis, ... detectados e refinados em tempo real por meio de uma detecção geométrica de



distâncias e correlações entre pontos de dados [data points] em um espaço puramente métrico (ROUVROY, 2020, p. 17).

A governamentalidade algorítmica coloca em evidência a centralidade dos usos que a internet e, em especial, sua capacidade de produção de grandes volumes de dados, podem ter na atuação dos mercados e da gestão governamental. A utilização das informações sobre o comportamento de diferentes públicos produzidas pela análise algorítmica tem sido uma nova mina de ouro a ser extraída pelas lideranças contemporâneas. O governo Bolsonaro é nosso exemplo mais próximo e expressivo do manejo algorítmico. Podemos de imediato identificar que há um deslocamento claro da preocupação em focar as práticas governamentais na propositura de políticas e leis para a atuação por meio e mediante as interações digitais produzidas nas redes sociais. E, portanto, estamos diante de uma alteração significativa das operações do Estado que descentraliza o jogo biopolítico de manejo das populações, mediante políticas públicas de forma a alcançar os fins desejados, para uma gestão possivelmente impensada a poucas décadas atrás, uma gestão através das redes sociais.

Para Rouvroy e Berns (2015), a governamentalidade algorítmica possui três momentos que se confundem e que funcionam de forma mais potente, na medida em que se alimentam mutuamente. O primeiro momento constitui-se na coleta e conservação automatizada de dados não classificados, o *dataveillance*, que produz o *big data*.

Os governos os coletam para fins de segurança, controle, gestão dos recursos, otimização das despesas;... as empresas privadas recolhem quantidades de dados para fins de marketing e publicidade, de individualização das ofertas, de melhorias de sua gestão de estoques ou de suas ofertas de serviço, enfim, com vistas a aumentar sua eficácia comercial e, portanto, seus lucros...; os cientistas coletam os dados para fins de aquisição e de aperfeiçoamento de conhecimentos...; os próprios indivíduos compartilham benevolmente “seus” dados nas redes sociais, blogs, listas de e-mail... e todos esses dados são conservados sob uma forma eletrônica, em “armazéns de dados” de capacidades de estocagem virtualmente ilimitadas e potencialmente acessíveis a todo momento a partir de qualquer computador conectado à internet, qualquer que seja o lugar do globo onde se encontra (ROUVROY; BERNS, 2015, p. 39).

O segundo momento constitui-se no tratamento automatizado das quantidades massivas de dados, produzidas no *dataveillance*, que faz dela derivar correlações sutis, é o momento do *datamining* (mineração/tratamento de dados). Trata-se de um conhecimento produzido a partir de informações não classificadas e, dessa maneira, heterogêneas. Nessa dinâmica estamos diante da ideia de um conhecimento que seria absoluto, já que as hipóteses são criadas a partir dos dados e, portanto, emergem diretamente da própria realidade (ROUVROY; BERNS, 2015).

Os dispositivos algorítmicos intensificam e sofisticam os mecanismos dos dispositivos de segurança, examinados anteriormente, extraindo um efeito de saber da relação estabelecida entre os dados coletados. Porém, essas correlações não se dão desde uma hipótese – como, por exemplo, no caso das estatísticas, quando se quer estabelecer uma relação entre a mortalidade de uma determinada população e o seu índice de desenvolvimento humano –, mas emergem desde o próprio real, de maneira imanente e direta (PRIMO, 2021, p. 10).

O terceiro momento consiste na antecipação de comportamentos a partir do uso dos saberes probabilísticos e estatísticos, realizados a partir de perfis definidos pelas correlações feitas por *data-mining* (ROUVROY; BERNS, 2015).



Por governamentalidade algorítmica, nós designamos, a partir daí, globalmente um certo tipo de racionalidade (a)normativa ou (a)política que repousa sobre a coleta, agregação e análise automatizada de dados em quantidade massiva de modo a modelizar, antecipar e afetar, por antecipação, os comportamentos possíveis (ROUVROY; BERNS, 2015, p. 42).

A governamentalidade algorítmica se alimenta de dados infraindividuais insignificantes, quando isolados, que criam modelos de comportamento - os perfis de cada sujeito. Nessa criação o sujeito não é demandado diretamente a informar ou a criá-los, são seus acessos, mediante o processo constituído nos três momentos descritos, que o geram automaticamente. São os múltiplos perfis produzidos que são efeito da governamentalidade algorítmica e não seu corpo físico ou consciência moral - como nas formas de exercício de poder tradicionais (ROUVROY; BERNS, 2015). Não há uma intervenção sobre o indivíduo diretamente, mas uma modelização da vida a partir da manipulação dos vestígios que deixamos nas interações digitais.

Diante disso, a governo algorítmico não tem como efeito uma dessubjetivação, em que o sujeito seria diluído nas redes, mas o contrário, trata-se da produção de “hipersujeitos”. É preciso atentar para uma diferença significativa em relação aos modos de gestão característicos do governo disciplinar, nesse o governo atua e se direciona sobre os indivíduos buscando produzir comportamentos, forjar sujeitos da disciplina. Já na governamentalidade algorítmica há uma indiferença para com os indivíduos, ela atua sobre a “dupla estatística”, que quer dizer, “os cruzamentos de correlações, produzidos de maneira automatizada, e com base em quantidades massivas de dados, estas constituídas ou coletadas ‘automaticamente’” (ROUVROY; BERNS, 2015, p. 46).

O problema colocado em questão pelos autores, portanto, não está ligado a processos de “individualização”, mas, justamente, na indiferença desses dispositivos algorítmicos em relação ao indivíduo, na medida em que seus objetos de saber, bem como seus objetivos de intervenção, são a dupla estatística de nossa individualidade, ou seja, as relações estabelecidas pelos, e a partir de, nossos perfis (PRIMO, 2021, p. 13).

A “dupla estatística” não coincide conosco mesmo, não temos relação direta com ela, uma vez que a dupla estatística é um produto dos três tempos acima descritos e, portanto, dialoga com informações coletadas, agregadas e analisadas de forma automatizada a partir de nossas interações digitais geradas por nossos perfis digitais (ROUVROY; BERNS, 2015). Ou seja, é o efeito da transformação de indivíduos em dados e sua posterior rerepresentação em perfis que não coincidem com o sujeito do princípio. Trata-se de uma expansão da zona de acesso dos mecanismos de poder na medida em que há uma intervenção sobre os perfis criados pelas interações digitais, ou seja, não é sobre o indivíduo em si, mas sobre seus perfis em si já constituídos pela modelização algorítmica.

Não se trata de uma dessubjetivação, mas da dificuldade de tornar-se sujeito na medida em que são limitados os processos e ocasiões de subjetivação. A ação normativa do governo algorítmico atua sobre e pelo ambiente e não sobre o indivíduo diretamente (ROUVROY; BERNS, 2015).

Em outras palavras, lá onde o confessional fabrica o sujeito da introspecção, que sonda sua alma, sua virtude, seus desejos e suas intenções as mais profundas, uma vez que, através do processo de confissão, “aquele que fala se engaja em ser o que ele afirma que é e, precisamente, porque ele é isso” (Foucault, 2012, p.5); lá onde a lei produz sujeitos de direito preocupados com sua igualdade e com a imparcialidade dos procedimentos; lá onde o homem médio aparece como demasiadamente médio em relação a todo sujeito singular suscetível de se constituir contra essa média, o governo algorítmico não dá nem lugar, nem se aferra a qualquer sujeito estatístico ativo, consistente, reflexivo, suscetível de legitimá-lo ou de resistir-lhe (ROUVROY; BERNS, 2015, p. 47).



Rouvroy e Berns (2015) afirmam que é preciso estar atento à diferença entre as representações estatísticas e aquilo que constitui os indivíduos no processo de individuação. Estamos diante de um modo de gestão da vida que conduz nossos comportamentos como jamais se fez, nossas ações são observadas, registradas, classificadas e avaliadas a partir da criação da “dupla estatística”. O governo algorítmico cria e, ao mesmo tempo, registra realidades.

Ele suscita “necessidades” ou desejos de consumo, mas, desta maneira, despolitiza os critérios de acesso a certos lugares, bens ou serviços; ele desvaloriza a política (uma vez que não haveria mais nada a decidir, a resolver em situações de incerteza, posto que estas são antecipadamente desarmadas); o governo algorítmico dispensa as instituições, o debate público; ele substitui a prevenção (em proveito apenas da preempção), etc. (ROUVROY; BERNS, 2015, p. 48).

O objeto, que não chega a se tornar sujeito, do governo algorítmico são as relações - mais especificamente, os dados transmitidos são relações e os conhecimentos gerados são relações de relações. As relações elas mesmas, independente da individuação simples e linear e, não portanto, as relações sociais, intersubjetivas que constroem sujeitos (ROUVROY; BERNS, 2015). Para Rouvroy (2020), vivemos numa sociedade da otimização em que todos são convocados a se otimizar, para ser e ter tudo. Opera-se uma exclusão do sujeito pelo realismo algorítmico em que “os sujeitos existem como e em ‘formas de vida’ e em nenhum outro lugar” (ROUVROY, 2020, p. 21).

A governamentalidade algorítmica, a partir do ideal neoliberal de tudo calcular, procura otimizar a situação atual para que ela permaneça o mais favorável possível a certas partes interessadas, em geral interesses industriais. Os interesses políticos e econômicos que conduziram a tal realidade se baseiam nos ideais criados nas décadas de 1960-70 de empoderamento. Nela os sujeitos passaram a desejar ser governados apenas por si mesmos e, ao mesmo tempo, a rejeitar ver-se como média ou categorias, expressas nas noções de classes, grupos sociais (ROUVROY, 2020).

Os indivíduos não querem que as burocracias - públicas ou privadas - os vejam como membros de uma ou outra classe ou grupo social, mas como seres eminentemente singulares, únicos e criativos. Os *big data* se dirigem a nós enquanto indivíduos, estando o mais distante possível de qualquer ideia do que seja a média. A própria ideia de média desaparece (ROUVROY, 2020, p. 20).

Na governamentalidade algorítmica, a partir da curadoria específica de experiências sociais e políticas produzidas pela modelização dos comportamentos sociais, é possível a interferência direta na formação do senso coletivo (ROUVROY, 2020). Diante disso, a formação do senso coletivo se dá apartada de um comum porque acontece baseada em projeções de formas de vida criadas por sujeitos diluídos em perfis geridos pela parafernália algorítmica. Nela, como referido acima, a condição de exercício político é exígua porque a percepção de necessidade e do desejo são produzidos pela manipulação algorítmica e estão distantes da reflexão sobre modos de vida no coletivo. Com o pretexto de empoderamento e de fazer valer as liberdades individuais, os fascismos ganham espaço como organizador das narrativas que sustentam e retroalimentam o comportamento apolítico criado nas redes sociais.

O governo Bolsonaro é faísca que faz eclodir no Brasil esse contexto que emerge nas últimas duas décadas. Ele representa um estado de exceção político e informacional permanente promovidos por novos fascismos e regimes digitais de exceção (BENTES, 2018). A gestão do governo Bolsonaro da pandemia da Covid-19, à revelia das análises que centravam-se em intervenções biopolíticas para o controle do coronavírus, fez avançar no cenário nacional uma gestão centrada na manipulação dos discursos que circulam entre os apoiadores do governo e são gestadas pelo regime digital de exceção.



O que vimos acontecer passou distante da preocupação epidemiológica das ações para a centralização das práticas do governo em fazer valer “verdades” não baseadas na ciência e na estatística, mas como efeito da manipulação e criação discursiva nas redes sociais.

Comparando o coronavírus com uma “gripezinha”, o líder brasileiro expôs, mais uma vez, seu estilo de governar o país através de uma mistura tóxica de desconfiança populista em relação à ciência, capacitismo e uma dose de masculinidade, insuflada por um fervor nacionalista (ORTEGA; ORSINI, 2020, p. 183).

Ainda como exemplo da manipulação discursiva, sob o pretexto de defender a economia e às liberdades individuais o governo Bolsonaro, no primeiro e segundo ano da pandemia, relutou em diferentes momentos em impor bloqueios para impedir a disseminação da Covid-19, num contexto que em lideranças internacionais, como a OMS indicavam a importância do lockdown para a contenção. Podemos acompanhar essa dinâmica nas falas abaixo divulgadas nas redes sociais. Cabe salientar que são declarações do presidente Bolsonaro transcritas e analisadas pela plataforma jornalística de investigação de campanhas e desinformação e de checagem de fatos - aosfatos.org.

“Eu peço a Deus que não tenhamos mais problemas no Brasil com fecha tudo, lockdown, toque de recolher, porque isso não tá comprovado cientificamente.” (Bate papo na manhã com o Presidente. - Bom Dia a todos! . Link no YouTube: <https://youtu.be/UF5KMybastQ>). Postado e checado por aosfatos.org

De acordo com Ortega e Orsini (2021), Bolsonaro obcecado por sua sobrevivência política assentou seu discurso na falsa dicotomia entre quarentena e economia, com o claro interesse em evitar o colapso da economia e, assim, manter no horizonte a reeleição em 2022. Vê-se, portanto, na gestão Bolsonaro a ampliação do discurso negacionista e a institucionalização das fake news produzindo um estado de exceção digital. “A regressão vingativa dos discursos políticos – encarnado no Brasil em um antipetismo alucinatório –, e as fake news produzidas de forma industrial, põem em xeque uma justiça analógica, mas também reinventam o que conhecíamos como democracia” (BENTES, 2018, paginação irregular). De acordo com a plataforma jornalística aos fatos.org, “em 1.367 dias como presidente, Bolsonaro deu 6.381 declarações falsas ou distorcidas” (aosfatos.org, 2022). Abaixo temos apenas mais um exemplo da produção de fake news:

Mais uma pessoa habilitada [pesquisador britânico Karl Friston] diz que 80% das pessoas não vão sentir nada, zero, não vai ter nem uma pequena gripe. (Publicação de Jair Bolsonaro no facebook, em 16 de agosto de 2020. Link indisponível por conter informação falsa). Postado e checado por aosfatos.org.

Para Bentes (2018), na gestão de Bolsonaro as mídias digitais e a produção de efeitos de verdade sustentam a governança digital autoritária. A base de Bolsonaro não constitui somente de pessoas, mas “é esse exército de eleitores, trolls, bots e pessoas comuns que acharam na velocidade e viralidade da memética um vetor de propagação de crenças e consensos provisórios” (BENTES, 2018, paginação irregular). Ainda conforme a autora (2018), a onda de extrema-direita em que surfa o governo Bolsonaro se utiliza da produção de dogmas e verdades, em meio à desorientação informacional, para promover novos grupos de pertencimento, mediante bolhas virtuais, onde apenas informações que privilegiam seu entendimento entram, e passam a formatar o modo como seus seguidores passam a ver o mundo.



A interferência direta na formação do senso coletivo é uma ferramenta de suma importância para os populismos contemporâneos e para seu projeto de levar a cabo seu projeto de iliberalismo democrático (URTIGA; GOUVÊA, 2020). A partir de um líder carismático, que representa e conduz uma força antistablishment, o populismo tem se utilizado do ambiente midiático em plataformas como WhatsApp, Twitter, Facebook; do uso e impulsionamento desenfreado de desinformações e fake news e do comportamento antidemocrático (GOUVÊA; CASTELO BRANCO, 2020). Urtiga e Gouvêa (2020) chamam atenção para a utilização de bots¹ nas redes sociais para a rápida disseminação dos discursos interessados na propagação de desinformação e fake news. A ação dos bots é capaz de participar ativamente das discussões políticas de grande repercussão.

De acordo com Bentes (2021), nas eleições de 2018 no Brasil encontramos o cenário ideal para um populismo digital, conforme cunhado por Gerbaudo. O populismo digital é uma orientação tecno-política que considera a web de massas composta por serviços de internet como Facebook, Google, Twitter, WhatsApp (GERBAUDO, 2019).

Sendo que a retórica bolsonarista e as operações de fabricação de notícias usando o WhatsApp vão encontrar e preparar terreno, a partir de pautas fragmentadas, imaginários estilhaçados, uma over polarização de posicionamentos políticos, crise jurídico-midiática no processo de impeachment em 2016 e a construção de narrativa organizam grupos de pertencimento, de afinidades e crenças, utilizando as plataformas digitais e as narrativas como “cola” sociotécnica em um cenário minado politicamente (BENTES, 2021, p. 13).

Para Bentes (2021) o fenômeno das fake news é a expressão das crises de autoridade e de credibilidade. Vivemos uma mutação de regimes de verdades no Brasil num processo de desnaturalização de nossos mitos e verdades. Parâmetros consagrados como o jornalismo e a ciência perdem status de promotor e difusor de verdade para dar lugar a verdades produzidas por meio de cliques, likes e compartilhamentos nas redes sociais.

É como se as pessoas, munidas de um gerador de memes, de um vídeo no Youtube, uma timeline e uma conta no Twitter se tornassem formadores e editorialistas de suas próprias crenças, falando para as bolhas do Facebook, dos seguidores, dos iguais. Uma audiência capaz de validar e cancelar o que é dito, produzindo pertencimento e identificação, ou o ódio e uma guerra memética impermeável, em que não há perdedores, pois ninguém se ouve e todos têm razão (BENTES, 2021, p. 24).

É um momento de pós-verdade ou fatos alternativos em que posts, imagens e memes são produzidos de maneira acelerada e impulsionados pelo uso de robôs. Podemos falar da emergência do “cidadão robô” - “quando dizemos cidadão robô, estamos falando dessa figura dos grupos de WhatsApp que alimenta a linha de transmissão das fake news, que duplica sem checar ou mesmo sem ler, que só lê o título, não lê a matéria e compartilha mesmo o que for mais bizarro e improvável, desde que reforce suas crenças” (BENTES, 2021, p. 23). Para Bentes (2021), as fake news podem ser consideradas um poderoso modelo de negócio que cria conteúdo, notícias, promoções, manchetes, imagens e retórica para reforçar crenças (BENTES, 2021).

1 Bots “consistem em software simples, que empregam ferramentas mínimas de inteligência artificial e habilidades comunicativas textuais para apresentar uma informação de maneira automatizada” (URTIGA; GOUVÊA, 2020, p. 58). “(...) trata-se de um sistema projetado para realizar atividade de forma automatizada, fazendo-se ou não se passar por uma pessoa real (URTIGA; GOUVÊA, 2020, p. 60).



As fake news e, seu rápido alastramento através das redes sociais, são o contexto tecnológico perfeito para a guerra de narrativas, quer seja, “batalhas informacionais que não consideram necessariamente se os fatos difundidos são verdadeiros” (ORNELAS ROSA; TOCZEK SOUZA; MATHEUS CAMARGO, 2022, p. 165). No contexto da “pós-verdade” a guerra de narrativas desconsidera a existência de um pensamento verificável e compreende que todos os pontos de vista possuem valor idêntico.

Ora, se todas as “verdades” são igualmente válidas, se cada cidadão pode escolher o ponto de vista de seu agrado, qual o sentido de um debate público que busque o esclarecimento? Em outras palavras, está em jogo o emprego sistemático de técnicas de propaganda para obliterar e entorpecer a capacidade de pensar criticamente (GIACÓIA JÚNIOR, 2017, paginação irregular).

A governamentalidade algorítmica, portanto, promove modulações de subjetividade por meio do ciberespaço nesta gestão discursiva, acima descrita. Nessa gestão discursiva, opera-se um reforço das convicções firmadas a priori pelo internauta e que facilitam a identificação ao discurso, ainda que não seja verídica. Assim, ao invés de refutar a informação, ele reafirma e incentiva ao compartilhar. Além disso, passa a ser interessante que o desmascaramento destas fake news

pois o ideal é que se fomente uma imprecisão acerca dos fatos narrados, tornando as verdades questionáveis, líquidas e até mesmo efêmeras, justamente por serem o alvo de atribuições relacionadas a supostas ideologizações (ORNELAS ROSA; TOCZEK SOUZA; MATHEUS CAMARGO, 2022, p. 171).

Na governamentalidade algorítmica, com especial destaque para a gestão da pandemia pelo governo Bolsonaro, vemos as fake news se tornarem instrumento de legitimação das práticas governamentais através da manipulação e invenção de dados com objetivo de embaralhar a realidade e confundir as pessoas e, assim, direcionar as bolhas informacionais conforme o interesse (ORNELAS ROSA; TOCZEK SOUZA; MATHEUS CAMARGO, 2022).

REFERÊNCIAS

- AOS FATOS. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/todas-as-declara%C3%A7%C3%B5es-de-bolsonaro/>. Acesso em: 5 out, 2022.
- ALVES, Marco Antonio Souza. Pandemia como laboratório de poder. *(Des)troços: Revista de Pensamento Radical*, v. 1, n. 1, p. 51-62, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.53981/destroos.v1i1.32801>. Acesso em: 5 out. 2022.
- BENTES, Ivana. As milícias digitais de Bolsonaro e o colapso da democracia. *Revista Cult*. 24 de outubro de 2018. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/nao-matem-a-democracia/>. Acesso em: 5 out. 2022.
- BENTES, Ivana. A desinvenção do Brasil, ou a política na era do gerador de memes. *Série Pandemia*. São Paulo, SP: N-1 edições, 2021.
- FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In.: *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 19. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal. p. 15-38. 2004a
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução Raquel Ramallete. 28. ed. Petrópolis: Vozes. 2004b.



- FOUCAULT, Michel. *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- GERBAUDO, Paolo. *Del ciber-autonomismo al ciber-populismo: una historia de la ideología del activismo digital*. EDSL: En defensa del software livre. 2019. Disponível em: https://www.compoliticas.org/wp-content/uploads/2019/03/ciber_autonomismo.pdf. Acesso em 27 jul. 2022.
- GIACCOIA JUNIOR, Oswaldo. E se o erro, a fabulação, o engano revelarem-se tão essenciais quanto a verdade?. *Folha de S. Paulo*. 19 fev. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2017/02/1859994>. Acesso em: 5 out. 2022.
- GOUVÊA, Carina Barbosa; CASTELO BRANCO, Pedro. H. Villas Boas. *Populismos*. Belo Horizonte, MG: Casa do Direito, 2020.
- MATTOS, Débora Michels; FORNAZARI, Sandro Kobol. A lepra no Brasil: representações e práticas de poder. *Cadernos de Ética e Filosofia Política*, v. 6, n. 1, p. 45-57, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cefp/article/download/165954/158848/389249>. Acesso em: 17 ago. 2022.
- ORNELAS ROSA, Pablo; TOCZEK SOUZA, Aknaton; CAMARGO, Giovane, Matheus Camargo. 2022. Perspectividade política e produção de desinformação nas eleições brasileiras de 2018. *Agenda Política*, v. 8, n. 3, p. 163-90. Disponível em: <https://doi.org/10.31990/agenda.2020.3.6>. Acesso em: 17 ago. 2022.
- ORTEGA, Francisco; ORSINI, Michel. Dissecando o autoritarismo relutante e capacitista perante o coronavírus no Brasil. In: PELBART, P. P; FERNANDES, R. M. (org.). *Pandemia Crítica outono 2020*. São Paulo: edições SESC; n-1 edições, 2021.
- PRIMO, Guilherme. Governamentalidade algorítmica e a rarefação dos processos de subjetivação. *Revista Opinião Filosófica, [S. l.]*, v. 12, n. 1, p. 1-17, 2021. DOI: 10.36592/opiniaofilosofica.v12.1022. Disponível em: <https://opiniaofilosofica.org/index.php/opiniaofilosofica/article/view/1022>. Acesso em: 3 out. 2022.
- ROUVROY, Antoinette. Entrevista com Antoinette Rouroy: Governamentalidade algorítmica e a morte da política. *Revista de Filosofia Moderna e Contemporânea*, Brasília, v. 8, n. 3, p. 15-28, dez. 2020. 17 ISSN: 2317-9570.
- ROUVROY, Antoinette; BERNS, Thomas. “Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o díspar como condição de individuação pela relação?”. *Revista Eco-Pós, [S. l.]*, v. 18, n. 2, p. 36-56, 2015. DOI: 10.29146/eco-pos.v18i2.2662. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/2662. Acesso em: 22 jun. 2022.
- SANTOS, Rone Eleno. Epidemia, controle e vigilância: das quarentenas analógicas à quarentena digital. *Voluntas: Revista Internacional de Filosofia, [S. l.]*, v. 11, p. e33, 2020. DOI: 10.5902/2179378643837. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/voluntas/article/view/43837>. Acesso em: 31 ago. 2022.
- URTIGA, Rafael Beltrão; GOUVÊA, Carina Barbosa. “Infodemia e governo algorítmico: as novas tecnologias de Bots afetam o populismo contemporâneo brasileiro?”. *Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife - ISSN: 2448-2307*, v. 92, n.1, p. 52-66 Out. 2020. ISSN 2448-2307. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ACADEMICA/article/view/248329>.

